

Salários: o maior entrave

Seja qual for a disposição do presidente Collor e do Congresso Nacional para estreitar as relações entre os dois Poderes, Executivo e Legislativo, dificilmente terá algum efeito se não houver um acordo em torno da questão salarial, o tema mais polêmico e principal responsável pela lentidão do processo legislativo ao longo do ano. Semanas a fio foram dedicadas ao assunto para alcançar pálidos resultados ainda assim mutilados pelos vetos presidenciais sempre mantidos pelos próprios congressistas através de voto secreto.

Além da intransigência do Governo que insiste na livre negociação dos salários entre patrões e empregados, o tema não avança, também, pela falta de mobilização dos trabalhadores, principais interessados, cuja ausência no Congresso e nas bases eleitorais de cada um dos parlamentares não apenas enfraquece o mérito das reivindicações como o próprio Legislativo.

A avaliação é de deputados sindicalistas como Paulo Paim (RS) e Paulo Delgado (MG), do PT. Os deputados apontam também o voto secreto para a apreciação dos vetos presidenciais como fator de desestímulo para a mobilização e que afeta principalmente a questão salarial.

Os líderes do Governo na Câmara, Humberto Souto, e no Senado, Marco Maciel, têm posição contrária a dos sindicalistas argumentando a mesma modernidade. Souto afirma que o mundo inteiro já concluiu que a indexação de salários estimula a inflação: "Não se usa mais isso". Paim garante que nos países modernos, mais avançados, estimula-se o poder de compra da população exatamente porque "alguém vende porque alguém produz e, para que haja produção, alguém está trabalhando". Concorda com Marco Maciel quando este diz que o Governo deveria aceitar uma política que fosse definitiva, com regras claras de correção salarial para liberar o Congresso de ter que apreciar, constantemente, novas propostas.